



# TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 97

NATAL/RN MAIO A JULHO DE 2014

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1985

## CONTROLE INTERNO



ESCOLA DE CONTAS CAPACITA MAIS 32 MUNICÍPIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DAS COMISSÕES DE CONTROLE INTERNO. NO ESTADO, MAIS DE 30% DOS MUNICÍPIOS ESTÃO INADIMPLENTES COM A CONSTRUÇÃO DO NOVO ÓRGÃO.

PÁGINAS 4 E 5

### FUTURO

SIMPÓSIO DEFINE ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA AUDITORIA DE OBRAS

PÁGINA 6

### EXECUÇÃO

PROJETO PROMOVE O CONTROLE MAIS EFICIENTE DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO TCE E MP

PÁGINA 7

### RUMOS

FORTALEZA SEDIA ENCONTRO ANUAL DOS TCEs

PÁGINA 8





### FISCALIZAÇÃO "IN LOCO"

Os jogos da Copa do Mundo Fifa 2014 acabaram em Natal, mas os trabalhos de fiscalização continuam. Os técnicos da COFCOPA estão debruçados em nove volumes que compõem as licitações do governo do Estado para a aquisição de infraestruturas temporárias para o Arena das Dunas, no período dos jogos da Copa do Mundo Fifa. Também está sob a responsabilidade da Comissão o contrato da Prefeitura do Natal com a Prática Ltda para realização do evento Fifa Fan Fest.

### ESTAGIÁRIOS

O presidente do TCE/RN, conselheiro Paulo Roberto Alves, autorizou, com o aval de seus pares, o reajuste, com efeito a contar de 1º de junho, da bolsa concedida a estagiário, com atuação neste Tribunal, elevando o referido valor de R\$ 500 para R\$ 600 reais.

### ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Encontra-se, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Projeto de Lei de autoria do deputado Kelps Lima que cria regras de transição entre governos. A intenção é não permitir que a administração que sai inviabilize a que está chegando.

### OBRA INACABADA

Também em discussão, no parlamento estadual, o Projeto de Lei que proíbe governador de inaugurar obras inacabadas. O Projeto prevê processos e inclusão do nome entre os fichas-sujas, inviabilizando iniciativas políticas futuras.

### MUNDO GLOBALIZADO

Com 1 bilhão de publicações, curtidas e comentários apenas durante a primeira metade da Copa do Mundo, o torneio de futebol já é o evento mais falado da história do Facebook, de acordo com dados obtidos pela Reuters. No jogo Brasil x Chile, mais de 31 milhões de pessoas fizeram 75 milhões de publicações, curtidas e comentários sobre a angustiante vitória do Brasil nos pênaltis.

### BOM COMPANHEIRO

O TCE/RN e o grupo de Escoteiros da cidade de Pau dos Ferros, região Oeste Potiguar, realizaram treinamento na comunidade local sobre a atuação do Órgão de Contas. A ideia é criar cidadãos pensantes e conscientes do papel fiscalizador do TCE. Esse evento é fruto da parceria que existe entre os Escoteiros do RN e o TCE/RN desde 2012, quando foi assinado um Termo de Cooperação com o objetivo de promover o fortalecimento do controle social, estimulando a participação social de crianças, adolescentes e jovens de escolas públicas beneficiadas pelo Projeto Escotismo nas Escolas.



### CONSULTA PÚBLICA

O TCE/RN disponibilizou para os seus jurisdicionados e ao público em geral consulta sobre precedentes de jurisprudência da Corte de Contas. A consulta pode ser feita na Internet utilizando-se os seguintes critérios: por palavra ou expressão aleatória; pelo número do processo; por Relator; por órgão julgador (Plenário e Câmaras); ou, ainda, por período da decisão. O Tribunal também está disponibilizando um "Informativo de Jurisprudência" de periodicidade mensal. A consulta aos precedentes jurisprudenciais e ao informativo de jurisprudência está disponível no site [www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br).

## TCE EM PAUTA

### COMPOSIÇÃO DO TCE

#### CONSELHEIROS

##### Presidente

Paulo Roberto Chaves Alves

##### Vice-Presidente

Carlos Thompson da Costa Fernandes

##### Presidente da 1ª Câmara

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

##### Presidente da 2ª Câmara e Corregedor Geral

Tarcísio Costa

##### Ouvidor

Renato da Costa Dias

##### Conselheiro

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

##### Conselheiro

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

##### Auditor

Cláudio José Freire Emerenciano

##### Auditor

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

##### Secretário de Administração Geral

Laércio Segundo de Oliveira

##### Secretário de Controle Externo

Jailson Tavares Pereira

##### Consultor Jurídico

Fernando de Araújo Jales da Costa

##### Chefe de Gabinete da Presidência

Jaime Mariz Neto

### MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

#### Procurador-Geral

Luciano Silva Costa Ramos

#### Procuradores

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

### EXPEDIENTE

#### Assessor de Comunicação Social

João Batista Machado

#### Editor

Eugênio Parcelle

#### Repórteres

Andréia Moraes

Graciema Maria Carneiro

Rosalie Arruda

#### Apoio

Fátima Moraes

Hellays Silva

#### Revisão

João Maria de Lima

#### Fotos

Jorge Filho

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize - (84) 3211-5075

#### Impressão

Solução Gráfica

### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP. 59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: [www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br) | E-mail: [tce-ccs@rn.gov.br](mailto:tce-ccs@rn.gov.br)

**GESTÃO**

# APROVADA REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

Com a sanção da Lei Complementar Estadual - LCE nº 516/2014, pela governadora Rosalba Ciarlini, no último dia 11 de junho, alterando a Lei Complementar nº 185, de 27 de dezembro de 2000, para modificar sua ementa e dispor sobre a revisão e reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado, a atual gestão do TCE marcou um gol.

A sanção do PLC nº 13/2014, aprovado à unanimidade dos deputados em 21.05.2014, foi o desfecho de um amplo processo de discussão e debates com vistas à revisão e reestruturação das carreiras que compõem o Quadro de Pessoal do TCE, deflagrado ainda na gestão do conselheiro Valério Mesquita e assumido pelo conselheiro Paulo Roberto Alves, ao chegar à presidência da Corte no ano 2013.

Segundo o assessor técnico jurídico, João Vicente Rêgo, todo o trabalho teve como base o relatório produzido



**O presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto, ressaltou em plenário a aprovação da LCE nº 516/2014**

pela Funpec, adequando ao que o TCE queria, enfrentando desafios como a distorção salarial entre as categorias, a conjuntura do Estado e o limite prudencial, fatores que terminaram por repercutir na demora do processo.

Agora, sancionada a Lei, a presidência deu início ao processo administrativo de correlação e posicionamento dos cargos na nova tabela de classes e referências, que será apreciada pela Diretoria de Administração

Geral – DAG e pela Consultoria Jurídica do Tribunal.

Tal medida faz-se necessária em virtude de a LCE nº 516/2014 prever a redução das atuais 6 (seis) Classes com 23 (vinte e três) Níveis para 4 (quatro) Classes com 13 (treze) Referências e uma Classe Especial (Anexo V), o que possibilitará o encurtamento da amplitude salarial das carreiras, mitigando, também, as atuais e expressivas distorções remuneratórias existentes entre os servidores em início de carreira e aqueles que se encontram em seus níveis mais elevados.

Para o presidente do Sindicontas, Romildo Ribeiro Dantas, o Plano foi razoável, visto que não atendeu aos valores reivindicados pelos servidores, mas garantiu avanços, tais como a definição da data base (1º de maio), a criação de gratificação de representação para os níveis médio e superior; gratificação por titulação e fiscalização (que ainda vai ser regulamentada). “Foram conquistas importantes”, ressaltou.

**DESENVOLVIMENTO**

## SEBRAE E TCE NO INCENTIVO ÀS PEQUENAS EMPRESAS

De cada R\$ 1,00 investido no município há um retorno em média de R\$ 1,50, utilizado em serviços como educação, saúde, segurança e outros setores. De acordo com o consultor do Sebrae nacional, Luis César Pivovar, este é apenas um dos fatores que justificam o fortalecimento das pequenas e médias empresas no país. “O desenvolvimento local, a partir da valorização dos pequenos negócios, provoca um ciclo virtuoso que beneficia governo, empresários e a população”, afirmou, lembrando que agora é necessário tirar a lei do papel. “No Rio Grande do Norte, 92,8% dos municípios regulamentaram

a lei geral da micro e pequena empresa, mas apenas 25,1% implementaram”.

Pivovar ministrou a palestra “O Tribunal de Contas do Estado promovendo o desenvolvimento local – A lei geral da micro e pequena empresa”, para técnicos do TCE, na manhã de quarta-feira, 25, enfatizando a importância da ação conjunta que vem sendo efetivada em todo o País, dando visibilidade à Lei Complementar 123, promulgada pelo Congresso Nacional em 2006, que instituiu um abrangente arcabouço de tratamento diferenciado, simplificando o que as micro e pequenas empresas devem receber por força

constitucional. “Os TCEs cumprem um papel muito importante, prestando informações aos gestores e tratando estas organizações de forma diferenciada, de acordo com as diretrizes da legislação”, explicou.

O encontro foi aberto pelo presidente do TCE, Paulo Roberto Alves, lembrando que foi firmado um termo de cooperação entre o Sebrae e a Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas) no início do ano passado, e que foi prorrogado na semana passada para vigorar por mais dois anos, e pelo diretor superintendente do Sebrae/RN, José Ferreira de Melo Neto, que destacou o desafio que se enfrenta na busca da implementação dessa nova cultura. “A gente luta contra uma burocracia feroz”, disse. Também integraram a mesa o diretor de Controle Externo, Jailson Tavares, e o gerente da

Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, Héliani de Souza Rocha.

O encontro contou ainda com a participação do administrador e especialista em Gestão de Tecnologia da Informação James Mattos, que abordou “A implantação da Redesim no RN – O Sistema Integrador Estadual (SIGFácil)”. Diretor presidente da Vox Tecnologia, empresa conceutora e responsável pela implantação do sistema, ele disse que a meta era simplificar. “Hoje, para legalizar uma empresa nos diversos órgãos, leva-se em média 90 dias. A meta é fazer com que apenas em 24 horas o empreendedor tenha sua empresa devidamente legalizada”, relatou, informando que a ação envolve órgãos como a Receita Federal, Secretarias do Estado e municipais e órgãos como a Junta Comercial, coordenadorias de meio ambiente e de saúde.

## APERFEIÇOAMENTO

# ESCOLA DE CONTAS DO TCE ENCE CAPACITAÇÃO DE CONTR

“Esperamos ter contribuído para o aperfeiçoamento da gestão municipal, através do melhor desempenho de cada um, no que tange às suas atribuições nas unidades de controle interno dos municípios”. As palavras são do conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Paulo Roberto Alves, no encerramento da segunda Capacitação sobre Controle Interno Municipal, realizada pela Escola de Contas “Professor Severino Lopes de Oliveira”.

A capacitação durou dois meses e foi ministrada pelos instrutores da Escola de Contas, servidores do Tribunal. Nesta edição, foram atendidos 32 municípios, com a participação de 49 controladores e membros das comissões de controle interno.

A diretora da Escola, conselheira Adélia Sales, destacou que a estruturação dos setores de controle interno em todas as prefeituras municipais é prioridade para o TCE. “No início de 2013, apenas 32% dos municípios possuíam leis instituidoras de controle interno. Hoje o percentual foi duplicado, mas o desafio da atual administração do Tribunal de Contas é chegar a 100% dos municípios, até o fim do ano”, disse.

Durante o curso, foram abordados temas como Responsabilidade da Gestão Fiscal; Planejamento e Orçamento Público; Obras Públicas; Instrumentalização Processual; Contabilidade; Contratos e Convênios e Execução da Despesa Pública. A capacitação beneficiou representantes da Câmara Municipal e da Prefeitura dos municípios de Assu, Cruzeta, Jardim do Seridó, São José do Sabugi, Parelhas, Angicos, Jandaíra, Caicó, Santana do Matos, Nova Cruz, Lajes, Pau dos Ferros, Itaú, Cerro Corá, Rodolfo Fernandes e Ouro Branco.

Através de sua equipe e, especialmente, dos seus instrutores, a Escola de Contas tem se empenhado, com afinco, buscando a excelência na transmissão de informações e conhecimentos úteis aos jurisdicionados, visando elevar o nível de qualidade e o compromisso social da administração pública, no Estado do Rio Grande do Norte.

Também participaram da solenidade a coordenadora da Escola de Contas, professora Marlúcia Saldanha, o secretário de controle externo, Jailson Tavares, e o gerente do projeto de Controle Interno Municipal, Ricardo Villaça.



Presidente Paulo Roberto parabeniza os participantes da capacitação de Controle Interno

# ERRA CURSO SOBRE ROLE INTERNO

## O DESAFIO É FAZER AS NORMAS SEREM CUMPRIDAS

O representante da Femurn (Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte), Adauto Galvão, participou do curso com o objetivo de capacitar o órgão para atender melhor prefeitos, secretários e assessores do interior do Estado. “A capacitação da Escola de Contas chegou em boa hora. Durante o curso, aprendi muito com os instrutores e hoje posso passar informações com segurança. Destaco a ênfase dada à parte

de contratos: validade, legitimidade, possíveis erros e acertos que devem ser observados pelo gesto”, enfatizou.

Para o controlador do município de Nova Cruz, Jânio Borges, o maior desafio é fazer as normas e regras serem cumpridas pela administração pública. “Funcionamos como uma espécie de anjo da guarda da administração, devendo apontar erros e acertos do gestor”, disse.

## FUNÇÃO DE ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

O Controle Interno integra a estrutura organizacional da administração pública, tendo a função de acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivamente, as ações a serem desempenhadas. Portanto, o Controle Interno é um órgão auxiliar do gestor, de caráter opinativo, haja vista que as suas sugestões podem ou não ser acatadas pelo gestor, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados.

O principal objetivo do Controle Interno é subsidiar o gestor público com informações e elementos técnicos para facilitar a tomada de

decisões, evitando desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, ainda comuns no cotidiano da administração. Cabe aos controladores informar ao gestor sobre a legalidade e legitimidade dos atos de administração que estão sendo praticados, da viabilidade ou não do cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas, possibilitando a correção de eventuais desvios ou rumos de sua administração. Nos municípios, o Controle Interno é exercido pelos poderes Executivo e Legislativo, em razão dos mandamentos contidos nos arts. 31, 70, 71 e 74 da Constituição Federal/88.

JORGE FILHO



Representantes de 32 municípios, entre ouvidores e membros das comissões de controle interno, participaram da capacitação



Adauto, representante da Femurn, participou buscando aprender para ensinar



Para Jânio Borges, o controlador funciona como “um anjo da guarda”

## AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS

# APRIMORAMENTO E UNIFORMIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

As discussões sobre assuntos de controle e auditoria de obras públicas, a experiência do laboratório-móvel para fiscalização de estradas e rodovias, e a discussão sobre uso de dados, indicadores e índices de preços foram alguns dos pontos destacados pelos conselheiros Carlos Thompson e Gilberto Jales, em sessão plenária, apresentando um resumo do que foi o XVI Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop) realizado em Florianópolis.

Com cerca de 400 inscritos, entre servidores e integrantes de instituições de controle, envolvidas com obras públicas dos governos federal, estaduais e municipais, e profissionais da área de engenharia de 25 Estados brasileiros, além do Distrito Federal, o Sinaop ofereceu duas conferências nacionais, quatro painéis com 11 artigos técnicos, quatro experiências de destaques e quatro conferências no painel internacional.

Também foi realizada uma reunião temática especial com Atricon, IRB, con-



**Na sessão de encerramento, anúncio do Rio de Janeiro como sede do encontro em 2015**

selheiros de Tribunais de Contas e Ibraop para discutir ações com vistas ao aprimoramento do controle de obras públicas, uniformização de procedimentos de auditoria de obras públicas e Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

Além disso, foram realizados três

minicursos tratando de execução e fiscalização de pavimentos em Concreto Asfáltico Betuminoso a Quente (CBUQ); elaboração de plantas genéricas de valores (PGV) – IPTU, e saneamento básico em municípios: planejamento e execução. Por fim, uma

demonstração técnica para avaliar a qualidade do pavimento executado mediante ensaios realizados com o apoio do caminhão-laboratório do TCE/GO.

Como resultado das discussões ocorridas durante o evento, a Carta de Florianópolis (acesso no seguinte link <http://www.tce.sc.gov.br/files/file/acom/ Carta%20de%20Florianopolis.pdf>), lida pela presidente do Ibraop, Narda Consuelo Silva, enumera uma série de propostas direcionadas aos atores envolvidos — a administração pública, os Tribunais de Contas, o Ibraop, o IRB e a Atricon — e a sociedade em geral.

Promovido pelo Ibraop, o XVI Sinaop contou com a parceria do TCE/SC e apoio institucional da Atricon, do IRB e do Crea/SC. Além dos conselheiros, participaram do evento os técnicos Monteiro, Adriano Clementino, Vladimir, Telma, Abelardo e Rosemilton. A próxima edição do evento ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2015.

## NA CARTA DE FLORIANÓPOLIS, DESTACAMOS AS SUGESTÕES ENCAMINHADAS PARA EXECUÇÃO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS:

- Ampliar ou implantar estrutura técnica de engenharia e arquitetura, possibilitando a uniformização de procedimentos e uma ação mais eficiente no acompanhamento da aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia;
- Apoiar o desenvolvimento de projeto de uniformização de procedimentos de auditoria de obras públicas, desenvolvidas em conjunto com Ibraop, Atricon e IRB, com vistas a assegurar melhor qualidade ao processo de controle da execução das obras;
- Apoiar o desenvolvimento de sistema informatizado de controle de obras públicas modelo para ser disponibilizado aos Tribunais de Contas;
- Divulgar a iniciativa do TCE-GO na aquisição de caminhão-laboratório equipado com diversos instrumentos de aferição da qualidade dos materiais empregados em obras rodoviárias;
- Observar, durante suas atividades ligadas à auditoria de obras públicas, a utilização das orientações técnicas do Ibraop;
- Implementar mecanismos para avaliar a qualidade e economicidade das obras públicas mediante a realização de ensaios de laboratório no sentido de aprofundar as auditorias, inclusive por meio de acordos firmados com instituições públicas competentes;
- Exigir dos jurisdicionados a apresentação das competentes anotações de responsabilidades técnicas em relação aos serviços realizados e contratados pela administração;
- Realizar levantamento das obras inacabadas de maneira a apurar as responsabilidades e adoção de medidas pertinentes;
- Adotar medidas cautelares como forma de prevenir o mau uso dos recursos públicos antes da realização do ato, uma vez que, depois de realizada despesa indevida, a sua devolução torna-se mais trabalhosa;
- Capacitar e estruturar seus quadros funcionais visando aprimorar a análise de editais e contratos de Concessões Públicas e Parcerias Público-Privadas;
- Capacitar seus quadros funcionais com o objetivo de melhorar as análises e auditorias relacionadas com o RDC.



Diretores e técnicos ligados à Secretaria de Controle Externo participam de reunião de apresentação do projeto “DAE/Execuções”

**CONTROLE**

# ACOMPANHAMENTO MAIS EFICIENTE DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES

O controle sobre o cumprimento das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas, as quais envolvem ressarcimento ao erário, pagamento de multas e outras obrigações, vai ser fortalecido com a implantação do projeto “DAE Execuções”, ação que define a instituição de um setor voltado para monitorar o acatamento das decisões dos órgãos colegiados e do Ministério Público Especial junto ao TCE. A partir de agora, todo o processo, até então executado de forma manual, passa a ser efetuado em meio eletrônico, com programas desenvolvidos pela Diretoria de Informática.

Uma apresentação do projeto foi feita pelos técnicos da Diretoria de Informática, para os diretores, coordenadores e servidores dos órgãos ligados ao Controle Externo e Protocolo. Responsável pela Secretaria de Controle Externo, Jailson Tavares destacou, logo no início da reunião, a importância do projeto, que vem preencher uma lacuna, já que vai possibilitar uma maior eficiência e eficácia no controle das decisões tomadas pelos conselheiros em plenário, a partir dos relatórios do corpo técnico e do Ministério Público de Contas. Na próxima sexta-feira, será feita uma apresentação para todos os técnicos do TCE.

“Agora, o controle será efetuado a partir de um sistema, sendo possível a individualização do processo, mostrando a situação de cada gestor ou orde-

nador de despesa, se está regular ou se existem débitos abertos, entre outras informações”, explicou o diretor da Diretoria de Atos e Execuções, Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa, responsável pelo gerenciamento do projeto. “A DAE possui um estoque de mais de 3900 processos aguardando a execução. E para promover suas execuções, que envolvem cobrança de valores, é necessário que os débitos e multas impostos pelo TCE nesses processos sejam atualizados por índices, conforme o disposto do art. 119 da Lei Complementar nº 464/2012. Além disso, a execução desses processos é um procedimento longo e complexo, que exige um acompanhamento diário”, enfatizou.

Em fase de estruturação, o projeto “DAE/Execuções” tem como objetivos o desenvolvimento de um sistema de atualização monetária dos valores dos débitos e das multas; a criação de sistema automatizado de geração de boleto para quitação de débitos com o TCE; o desenvolvimento e implantação de cadastro informativo de créditos não quitados e do cadastro geral de multas e a criação de indicadores de desempenho de utilização de ferramenta de análise. Para a sua viabilização, serão mobilizados atores dos mais diversos setores do Tribunal de Contas, com monitoramento pela equipe do Escritório de Planejamento Estratégico e Gestão.

## PROCESSOS E DOCUMENTOS PADRONIZADOS

No fluxo do projeto “DAE Execuções”, a equipe do Planejamento e Gestão realizou uma série de reuniões, com os mais diversos setores, discutindo a classificação de autuação dos processos e documentos do TCE. “Antes havia uma infinidade de processos, agora sistematizamos em 49 tipos de documentos e processos”, explicou César Gláucio. A proposta das reuniões é discutir alternativas para o fluxo dos processos, de acordo com o tipo. “Queremos consolidar um padrão de trabalho”, enfatizou Heder da Rocha, da equipe do EPG. Veja abaixo tabela com a distribuição dos processos e documentos, de acordo com a nova padronização.



# ENCONTRO DOS TCEs EM FORTALEZA

O IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas será realizado, no período de 4 a 6 de agosto de 2014, na cidade de Fortaleza (CE). Terá como principal objetivo a aprovação de oito resoluções orientativas da Atricon visando ao aperfeiçoamento dos órgãos de controle externo, com foco na qualidade e agilidade.

As inscrições foram abertas no dia 10 de junho, quando entrou no ar *hotsite* com todas as informações relativas ao evento, notadamente a programação detalhada e valor de taxa por participante. O público será composto por ministros, conselheiros, ministros e conselheiros substitutos e procuradores de contas, além de técnicos dos Tribunais de Contas.

O IV Encontro está sendo organizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE), Associação dos Membros

dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas de Municípios (Abracom) e Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).

O Encontro Nacional dos TCs vai acolher o XIII Encontro do Colégio de Corregedores Ouvidores dos Tribunais de Contas - ECCOR, dentro do qual serão tratadas as resoluções com diretrizes para as Ouvidorias de Contas e Corregedorias. Também contará com as comemorações alusivas ao aniversário de 60 anos do TCM-CE, com lançamento de uma publicação retratando a trajetória desse Tribunal de Contas.

## RESOLUÇÕES

As minutas de resolução vêm sendo preparadas desde o mês de abril, com a primeira reunião de trabalho das comissões temáticas

encarregadas pela atividade ocorrida em Cuiabá, na sede do TCE-MT, de 14 a 16. A segunda reunião, para conclusão das minutas, ocorreu no período de 4 a 6 de junho, em Teresina, na sede do TCE-PI.

As resoluções normativas seguem padrão desenvolvido pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai). As resoluções tratam de temas como gerenciamento de prazos, controle externo concomitante, composição, organização e funcionamento dos TCs, controle interno, divulgação de decisões e pautas de julgamento, atividades de inteligência, Corregedoria e Ouvidoria.

Os temas foram escolhidos a partir do Diagnóstico da Avaliação de Qualidade e Agilidade do Controle Externo no âmbito dos Tribunais de Contas, apurado pela Atricon em 2013, com a adesão de 28 dos 34 TCs.